



## OS HUNI KUÍ DO HUMAITÁ, OS “ PARENTES BRABOS” E O ‘MUNDO’ AO REDOR

José Frankneile de Melo Silva <sup>1</sup>  
Siane Cristhina Pedroso Guimarães <sup>2</sup>

### RESUMO

As relações de domínio e interações sociais sobre um território e o meio natural, bem como a separação do “homem” da natureza, são abordadas neste trabalho a partir dos estudos e reflexões de Keith Thomas, Jeffrey Hoelle e de Ailton Krenak, a fim de confrontar a realidade dos povos indígenas – Huni Kuí e Isolados - que compartilham a Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá, no Estado do Acre, e suas relações com a região do entorno. Para compreender o cenário dessas relações territoriais, foram utilizados dados PRODES, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, buscando interpretar a situação do desmatamento. O desmatamento é resultado de pastagens para o gado e exploração de madeira. As atividades humanas voltadas ao uso da terra influenciam diretamente na cobertura florestal e para aferir as áreas alteradas, foram utilizadas técnicas de geoprocessamento e análises estatísticas sobre os dados PRODES entre 2008 a 2020. Os resultados indicaram que a terra indígena conserva mais de 99% de suas florestas, enquanto que na região de entorno, em um raio de 10 km, as áreas desmatadas somaram 43,79 km<sup>2</sup>, com incremento médio anual de 3,37 km<sup>2</sup>. Os anos de 2019 e 2020 têm os maiores valores de desmatamento, com 10,15 km<sup>2</sup> e 6,98 km<sup>2</sup>, respectivamente. É neste cenário que o Povo Huni Kuí enfrenta o desafio de proteção, gestão territorial e ambiental de sua terra indígena, apresentando alternativas como o diálogo e sensibilização de seus vizinhos, por meio de experiências que amenizam as pressões, se contrapondo às ideias de domínio e negação sobre a natureza.

**Palavras-chave:** terra indígena, povos indígenas, entorno, desmatamento, meio natural.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho busca refletir à luz da obra do historiador Keith Thomas, das reflexões de Ailton Krenak e da pesquisa do antropólogo Jeffrey Hoelle, os aspectos das relações de domínio e interações entre grupos sociais distintos sobre um território, traçando um paralelo com o cenário territorial da Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá, seus povos habitantes – Povo Huni Kuí e o grupo de indígenas em isolamento voluntário – e as dinâmicas que ocorrem no entorno desta terra indígena. Também tenta refletir sobre ações que possibilitam ou ilustram formas de lidar com as pressões

---

<sup>1</sup> Mestrando do Curso de Geografia no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal Rondônia - UNIR, [jfrankms@gmail.com](mailto:jfrankms@gmail.com);

<sup>2</sup> Docente no Departamento de Geografia e no PPGG/UNIR. Líder do Grupo de Pesquisa de Geografia e Cartografia -LABCART/UNIR - [www.labcart.com.br](http://www.labcart.com.br). E-mail: [sianecpg@unir.br](mailto:sianecpg@unir.br).



territoriais, diante uma relação territorial caracterizada por essa ideia de domínio do ‘humano’ sobre a natureza.

Keith Thomas em sua obra "O Homem e o Mundo Natural" (1988, p. 31) afirmava que a dita "civilização humana" já era muito dependente dos recursos naturais. Entre os séculos XV e XVII, o Ocidente se expressava apenas de forma potencial no tocante à conquista da natureza para satisfazer suas necessidades tendo como fonte de alimento e combustível o mundo vegetal, e dependendo da força motriz dos animais, bem como se utilizando deles para outros usos. Hoelle (2015) complementa que tal situação para aqueles que criam o gado, na atual Amazônia, não consideram que suas ações sejam destruidoras da natureza, pelo contrário, fazem parte de seu envolvimento no meio ambiente, transformando o que é ‘selvagem’ em cultivo. A paisagem na concepção do fazendeiro deve ser economicamente rentável, sua principal utilidade, além de expressar uma estética mais atrativa e substitui a floresta, que não tem valor.

No contexto da Pan-Amazônia, bastante reconhecida pela sua biodiversidade, uma complexa sociodiversidade de povos habitam as florestas e regiões remotas. Entre estes povos, estão os chamados “povos indígenas isolados” (FUNAI, 2020), considerados grupos que não têm nenhum tipo de relação com as sociedades ditas ‘nacionais’, ou que não há quase nenhuma interação, seja com não indígenas ou com outros povos indígenas. No início do século XX, período em que predominaram os seringais no Estado do Acre, esses povos resistiram ao avanço da fronteira econômica focada na extração da seringa e do caucho, especialmente em regiões das fronteiras internacionais, realizando deslocamentos para locais onde não haviam a presença desses ‘recursos’ tão úteis para a economia e sociedade do referido período. Decidiram pelo isolamento voluntário até os dias de hoje para evitar os ataques, massacres e doenças aos quais não tinham imunidade. Para os moradores e comunidades locais eles são chamados como “índios brabos”, “parentes brabos”, ou apenas “brabos” (AQUINO, 2013).

De acordo com dados espaciais do Zoneamento Ecológico Econômico do Acre (ZEE, 2010), a situação fundiária na região de entorno da Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá conta com a presença de algumas terras particulares, como é o caso do Seringal Novo Porto que se relaciona com a sede municipal mais próxima, Jordão, por meio de um ramal que vem contribuindo com pressões sobre a cobertura florestal na



região e que afeta, de alguma forma, a terra indígena e seus habitantes – povos Huni Kuĩ e Isolados.

Nesse cenário geográfico, o que chama atenção para os vários aspectos territoriais que caracterizam as dinâmicas, movimentos e relações existentes entre os dois povos indígenas, são os contrastes nos usos e usufruto da terra e suas florestas em relação aos seus vizinhos, moradores não indígenas do entorno da terra indígena. Para ilustrar o respectivo cenário, serão utilizados dados de desmatamento do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Brasileira por Satélite (PRODES) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), buscando interpretar as dinâmicas relacionadas às alterações na cobertura florestal sobre a terra indígena e seu entorno, aplicando técnicas de geoprocessamento e análises estatísticas sobre os referidos dados.

É relativamente fácil observar, por meio de dados de desmatamento, como se comporta e se distribui, ao longo do tempo, o uso da terra nas aldeias dos Huni Kuĩ e no entorno dos limites de sua terra indígena, possibilitando compreender a dinâmica das transformações na paisagem. Para complementar, são observadas as ações das lideranças indígenas, permitindo compreender o significativo esforço para a proteção dos territórios e dos povos isolados por meio de iniciativas próprias e acordos coletivos, envolvendo estratégias de gestão territorial e ambiental, definidas como política pública norteada pelo plano de gestão territorial e ambiental do Povo Huni Kuĩ da TI Kaxinawá do Rio Humaitá.

## **LOCALIZAÇÃO**

Na Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá localizada no município de Feijó, Estado do Acre. Sua extensão é de 127.383 hectares, demarcada em 1994, e conta com uma população de 423 pessoas do Povo Huni Kuĩ, conhecido comumente como Kaxinawá, distribuídas em cinco aldeias (CPI-ACRE, 2017). Ela faz limites com as terras indígenas Alto Taraucá, Kampa e Isolados do Rio Envira e Kulina do Rio Envira, localizadas à sudoeste, sul e sudeste, respectivamente. Segundo Aquino (2012), estas terras indígenas fazem parte de um “mosaico” de áreas protegidas localizadas na região do paralelo 10° de latitude sul, limite internacional entre Brasil e Peru. Nos demais limites estão as propriedades particulares e moradores de antigos seringais nos rios Muru e Iboaçú, localizados no entorno da terra indígena à oeste e leste, respectivamente (Figura 1).

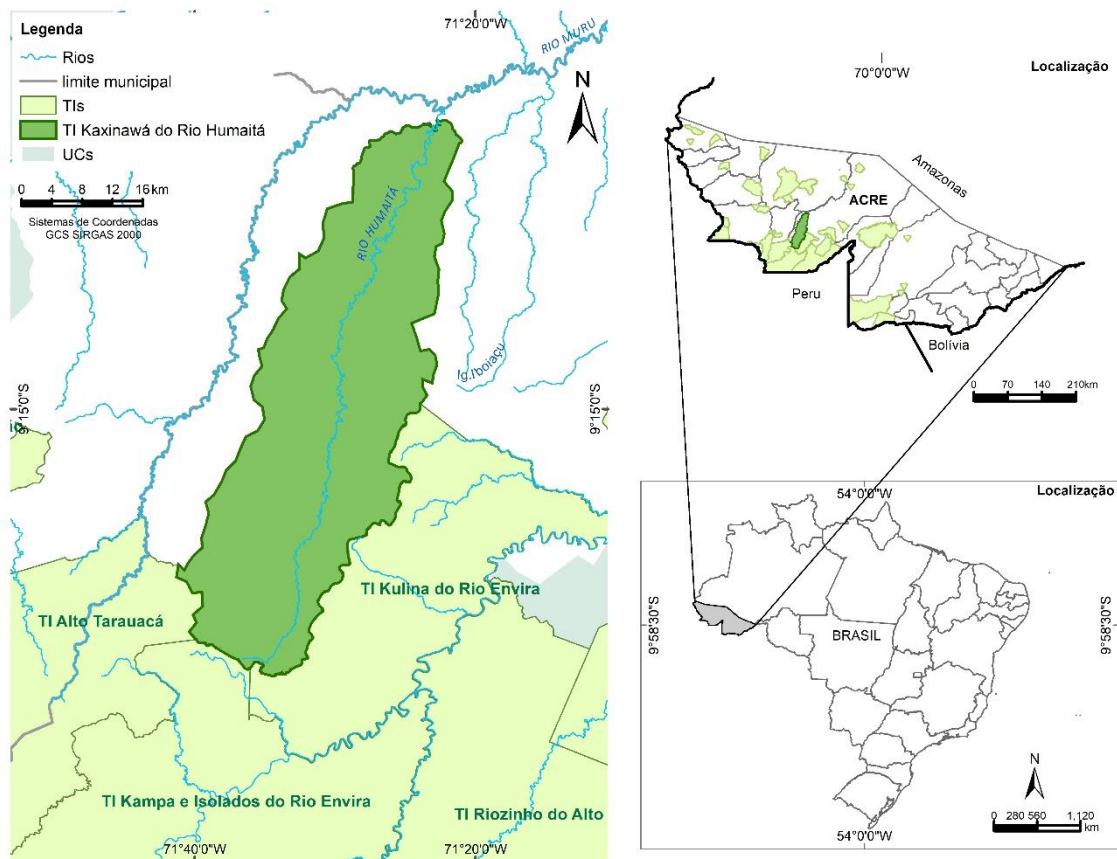


Figura 1 - Mapa de localização da TI Kaxinawá do Rio Humaitá e seu Entorno. Fonte: Base Vetorial IBGE, FUNAI, SEMA-AC. Elaborado pelo autor.

## METODOLOGIA

Para compreender melhor as dinâmicas e as atividades voltadas aos usos da terra, que influenciam diretamente na cobertura florestal na Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá e seu entorno, foram aplicadas técnicas de geoprocessamento e análise estatística, utilizando dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES), juntamente com informações sobre a situação fundiária do entorno, para auxiliar na estimativa e distribuição do desmatamento sobre as diferentes categorias de terras encontradas na região.

As etapas seguidas foram: **1)** Aquisição dos dados vetoriais de categorias fundiárias e desmatamento a partir das bases de dados públicas; **2)** Geração de base unificada, a partir das bases vetoriais das categorias fundiárias; **3)** Edição dos dados PRODES para a terra indígena; **4)** Geração de *buffer* para identificação dos desmatamentos por categoria fundiária no entorno da terra indígena e **5)** Análises quantitativa e estatística dos dados PRODES.



A seguir, em detalhes, as etapas descrevem a origem dos dados, como foram realizados os tratamentos e as análises e quais ferramentas foram utilizadas:

### **Etapa 1 - Aquisição dos dados vetoriais de categorias fundiárias e desmatamento a partir das bases de dados públicas**

As informações sobre o desmatamento foram adquiridas por meio da base vetorial do PRODES, que abrange toda a Amazônia Legal, disponível na plataforma *web* de consulta e aquisição de dados, *TerraBrasilis*, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Foram realizadas pesquisas sobre as bases cartográficas, a fim de compreender a situação fundiária no entorno da terra indígena. As bases do INCRA foram adquiridas através de seu acervo fundiário para confrontar com os dados públicos do Estado do Acre, a fim de eliminar erros e inconsistências que poderiam surgir, como polígonos sobrepostos e incoerentes ou complementar áreas que poderiam faltar. Foram utilizadas bases cartográficas de natureza vetorial no formato de arquivo *shapefile*. São eles: *i) Assentamento Brasil*: fonte – INCRA, Acervo Fundiário; *ii) SIGEF Brasil* (glebas, seringais, fazendas): fonte – INCRA/Sistema de Gestão Fundiária; *iii) Imóvel certificado SNCI Brasil* (glebas, seringais, fazendas): fonte – INCRA/Sistema Nacional de Certificação de Imóveis; *iv) Propriedades*: fonte – Zoneamento Ecológico Econômico da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre, 2010. *v) Terras Indígenas SIRGAS*: fonte – FUNAI; *vi) Unidades de Conservação*: fonte – Ministério de Meio Ambiente.

### **Etapa 2 - Geração de base unificada a partir das bases vetoriais das categorias fundiárias**

A partir desta etapa, o programa de sistema de informação geográfica QGIS 3.16.7 *Hannover* foi utilizado para os procedimentos de edição sobre as bases. Os dados vetoriais, das bases citadas na Etapa 1, foram editados com o uso da ferramenta “união” para gerar uma única base contendo todas as categorias fundiárias. Em seguida foi realizada a edição na tabela de atributos da nova base criada, adicionando mais uma coluna de informação para identificar quais os tipos fundiários estão presentes no entorno da terra indígena. Foram denominadas como: “terras sem destinação”, “unidades de conservação”, “terras indígenas”, “projetos de assentamento”, “particulares” e quando não identificada a categoria, denominou-se de “outros”.

### **Etapa 3 – Edição dos dados PRODES para a terra indígena**



Os dados PRODES também foram editados para facilitar as análises posteriores para a Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá. A base vetorial de terras indígenas serviu como camada de entrada para realizar o recorte dos polígonos de desmatamento. Foi utilizada a ferramenta “recortar” para os polígonos de desmatamento distribuídos sobre o polígono da Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá. Este procedimento facilitou as análises posteriores.

#### **Etapa 4 – Geração de *buffer* para identificação dos desmatamentos por categoria fundiária no entorno da Terra Indígena**

Para estimar os desmatamentos na região de entorno da terra indígena, foi gerado um *buffer* com 10 km de distância fixa, partindo dos seus limites territoriais. Este *buffer* limita os polígonos de desmatamento que possam estar ao longo do entorno da terra indígena. A ferramenta “recortar” foi utilizada para recortar os polígonos de desmatamento sobrepostos em toda a região do *buffer*. Em seguida foi aplicada a ferramenta ‘interseção’ que edita, adicionando ou dividindo polígonos de desmatamento sobrepostos, ou que interseccionam à nova camada das categorias fundiárias, atribuindo informações sobre os tipos fundiários para a tabela de atributos da nova camada de desmatamentos gerada, ou seja, as feições de desmatamento da camada resultante identificam os polígonos de desmatamentos por categoria fundiária.

Para processar os polígonos de desmatamento que não intersectam ou se sobrepõem às feições das categorias fundiárias existentes ao longo do *Buffer*, foi executado a ferramenta ‘diferença’, que extrai as feições (e informações de sua tabela de atributos) que não se encontram sobrepostas na camada de feições das referidas categorias. Esta ferramenta foi necessária para identificar polígonos de desmatamento onde não há informação relacionada à categoria fundiária no entorno da terra indígena, sendo necessário atribuir a categoria “outros”.

#### **Etapa 5 – Análises Estatísticas dos dados PRODES**

Após a execução das etapas 2, 3 e 4, as análises foram executadas a partir das tabelas de atributos dos dados PRODES, convertidas em planilhas do *software* Microsoft Excel. A unidade de medida adotada foi o quilômetro quadrado (km<sup>2</sup>). As informações sobre as planilhas foram organizadas com colunas referentes ao “Ano”, “Área (km<sup>2</sup>)” das áreas desmatadas e “Extensão (km<sup>2</sup>)” da terra. Em seguida criou-se tabelas dinâmicas para identificar, por seleção de campos, as variáveis e valores de interesse. Para obter o valor absoluto das áreas com floresta sobre a terra indígena,



subtraiu-se o valor de sua extensão territorial pelo valor de desmatamento acumulado dos dados PRODES (2008 a 2020). Sua porcentagem foi obtida com a divisão do valor encontrado pelo número de anos da série histórica do PRODES. O valor total das áreas alteradas é obtido automaticamente por meio da tabela dinâmica, que mostra o total geral, e seu incremento médio anual é dado pela divisão do total geral pelo número de anos.

Para a planilha do entorno/*buffer*, foram utilizados os mesmos procedimentos, utilizando as colunas “Ano”, “Área (km<sup>2</sup>)” das áreas desmatadas e “Categoria Fundiária”. As tabelas dinâmicas permitiram identificar, por seleção de campos, as categorias fundiárias existentes no entorno com seus respectivos valores de desmatamento.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Para Vaz e Baltazar (2013), o território é essencial para os grupos isolados e de recente contato, além da necessidade de estes estarem protegidos de invasores, e outros fatores externos que provoquem desequilíbrios ao meio ambiente, bem como doenças exógenas que afetem o sistema imunológico destes grupos. É preocupante para o Povo Huni Kuĩ do Humaitá a pressão externa apresentada na forma das atividades do desmatamento para implantação de pastos e criação de gado, além de caçadas e pescarias ilegais e a exploração madeireira, tendo em vista o desafio para manterem suas estratégias de proteção territorial, bem como a proteção dos próprios isolados que habitam na terra indígena. Diante tal contexto é possível aferir, a partir dos dados PRODES, a dinâmica sobre o uso da terra no entorno da terra indígena, evidenciando uma visão utilitarista e predatória para o uso da natureza e os animais. De acordo com Souza et al (2021, p. 4), “o termo desmatamento utilizado no PRODES é definido como conversão por supressão de áreas de fisionomia florestal primária por ações antropogênicas”. Estas ações humanas nas relações com a terra, logo com a paisagem florestal vigente, são determinadas pelos processos de desmatamento e seus níveis de degradação recorrentes. Não só a identificação dos extremos – cobertura florestal e sua completa remoção – são identificadas, mas também seus níveis. A floresta intacta se converte em outros tipos de coberturas definidas por um gradiente de degradação, que ocorre lentamente no tempo, e pode ser causada pela exploração de madeira ou pelas ocorrências de queimadas na floresta. Para Souza et al (idem), o desmatamento por



corte raso caracterizado pela remoção completa da floresta em curto intervalo de tempo, dá forma às paisagens para outros usos como o agrícola, pastagens, urbano, hidroelétricas, vias terrestres, entre outros. Aqui, as pessoas se separam das formas indesejáveis da natureza, convertem o aspecto selvagem através do cultivo, e são recompensadas socialmente com paisagens, fazendas e roças produtivas e julgadas positivamente (HOELLER, 2015, p. 42). Até mesmo as relações humanas estabelecidas definem e separam grupos sociais, diferenciando quem são os superiores dos inferiores.

A necessidade humana de ascender e separar-se da natureza na tentativa de dominá-la, tornando-a mais útil, bem como tornando outros grupos sociais inferiores, é percebida na medida em que se observa a vontade de muitos moradores, indígenas e não indígenas, para que a FUNAI adote novamente a sua antiga e abolida política de contato para “amansar” os “brabos” e integrá-los à sociedade nacional. Thomas (1933, p. 36), inclusive, cita uma situação histórica com indígenas da América do Norte, onde os colonizadores da Virgínia queriam convertê-los oferecendo gado, estratégia adotada para torna-los cristãos. Isto deriva também de outra questão abordada sobre as relações estabelecidas nas sociedades dos séculos XVI e XVII, de acordo com Thomas (idem, p. 49),

“Ao traçar uma sólida linha divisória entre o homem e os animais, o principal propósito dos pensadores do início do período moderno era justificar a caça, a domesticação, o hábito de comer carne, a vivissecação (...) e o extermínio sistemático de animais nocivos ou predadores. Mas essa insistência tão grande em distinguir o humano do animal também teve consequências importantes para as relações entre os homens. Com efeito, se a essência da humanidade era definida como consistindo em alguma qualidade específica, seguia-se então que qualquer homem que não demonstrasse tal qualidade seria sub-humano ou semi-animal”.

Sob esta reflexão, ao lançar seu olhar sobre a Amazônia, Hoelle (2015, p. 45) enfatiza,

“A transformação do trabalho e da paisagem, para alguns, também é um modo de separar ‘homens’ de pessoas ‘menos desenvolvidas’ e animais. De acordo com alguns fazendeiros, colonos e ex-seringueiros que agora moram na cidade, o ‘subdesenvolvimento cultural’ dos seringueiros é resultado de estar morando na floresta, que os tornou ‘mais parecidos com animais do que com o próprio homem’”.





Para se contrapor aos fazendeiros e sua “superioridade”, os seringueiros se colocam em suas formas próprias de humanidade. Hoeller (2015, p. 46), relata que em conversas com seringueiros sobre a chegada de seus ancestrais no Acre, descreviam que a região não havia a presença humana, só haviam “bichos e índios”. Em suas observações ele constatou que há a crença de que os grupos de seringueiros e povos indígenas, que não transformam seu ambiente e que não trabalham diariamente, não podem ser da espécie humana, pois não conseguiram domesticar a natureza “selvagem”. É bem possível que, mesmo os moradores, ribeirinhos, ex-seringueiros, do Rio Muru considerados inferiores por fazendeiros, provavelmente também lançam seus olhares de preconceito e superioridade frente aos grupos isolados das cabeceiras do rio Humaitá.

A produção é vista sempre como positiva e o trabalho para modificar a paisagem é colocado como causa nobre, inclusive citando passagens bíblicas. A cultura *cowboy* que Hoelle analisa é embasada nessas crenças intrinsecamente fincadas na atividade humana sobre o mundo natural, transformando a natureza "selvagem" em pastos e campos de agricultura.

Krenak (2020, p. 59) afirma que “*Estamos colados no corpo da Terra, quando alguém a fura, machuca ou arranha, desorganiza o nosso mundo*”, ou seja, aborda uma visão sobre como a espécie humana está desorganizando a vida no planeta e que o resultado disso pode afetar significativamente um futuro comum. A ideia dessa produção e domínio dos “homens” sobre a natureza e os impactos negativos que sofrem as sociedades e/ou coletivos, reconfiguram toda uma condição humana, que está relacionada à um processo de viver no meio ambiente alterado de acordo com suas “necessidades”. Quando nos referimos aqui à todas as alterações e impactos possíveis sobre o entorno da Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá, se traça um paralelo com a visão de mundo no qual Krenak (2019, p. 11) descreve, destacando algumas facetas da colonialidade da espécie humana, onde o consumo sobre a natureza, em todos os aspectos, se impõe acima de tudo, com uma profunda desconexão com o organismo Terra, ou seja, “*será que a única maneira de mostrar para os negacionistas que a Terra é um organismo vivo é esquartejá-la? Picá-la em pedaços e mostrar: ‘Olha, ela é viva’? É de uma estupidez absurda.*”

Krenak também tece uma crítica sobre a modernização, afirmando que os impactos sobre as gentes sendo empurradas do campo e da floresta para as favelas e locais com pouca ou nenhuma infraestrutura nos centros urbanos, que são retiradas de



seus coletivos e lugares originais, as afetam profundamente, pois perdem seus vínculos com a memória ancestral e referências que dão base às suas identidades, para fazerem parte de um mundo maluco compartilhado pela ‘sociedade moderna’. Para os Huni Kuĩ, essa modernização refletida nessas formas de uso da terra e as pressões daí resultantes, os levam a reagir e encontrar estratégias para lidar com esses desafios territoriais. E até quando podem sustentar uma política que visa a proteção dos seus “parentes” isolados, mantendo o não contato, ao mesmo tempo que tentam diálogos com seus vizinhos não indígenas do entorno, a fim de sensibiliza-los sobre quem são os povos isolados que moram na mesma região?

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Hoeller a produção é um imperativo na “*cultura cowboy*”, acompanhada às vezes de uma ideologia religiosa, e que se embasa nas atividades humanas sobre o mundo natural, é a ideia de transformação da natureza dita selvagem em pastos e campos produtivos. Hoelle (2015, p.43) afirma que, “*Mesmo que a maioria dos Acreanos achem a floresta bela, eles fazem o máximo para mantê-la a distância, tomando medidas propositais para reforçar essa separação ao eliminar todo e qualquer traço dela em suas casas.*”

As formas de uso da terra são resultantes dessa relação e domínio sobre a natureza, e observamos a distribuição das alterações nas paisagens e florestas, tanto na terra indígena Kaxinawá do Rio Humaitá, quanto em seu entorno, especialmente quando são analisadas por meio de dados provenientes do sensoriamento remoto, como aqueles sistematizados pelo PRODES, possibilitando observar as dimensões das modificações sobre a cobertura florestal.

De acordo com Crisostomo et al (2015, p. 1), as terras indígenas e outras categorias de Áreas Protegidas, além de conservarem a biodiversidade, exercem importante papel como barreiras de contenção do desmatamento, apresentando baixos valores. Estes valores estão relacionados às formas como os povos indígenas, em seus costumes e tradições, ocupam, usam e manejam os recursos naturais e o território, resultando na preservação e conservação de seus recursos e florestas.

Na Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá, os dados provenientes do PRODES indicaram que as alterações na cobertura florestal sobre a terra indígena são bastante reduzidas, mantendo-se 99,93% de florestas. Entre 2008 a 2020 foram



identificados apenas 0,94 km<sup>2</sup> de áreas alteradas acumuladas, com incremento médio de 0,07 km<sup>2</sup> ao ano, muitas delas voltadas às atividades agroecológicas, como a implantação de roçados. Vale ressaltar que, além da detecção dos baixos valores e poucos anos registrados, alguns fatores podem influenciar na aquisição das taxas PRODES, entre eles estão a identificação de polígonos de desmatamento superior a 6,25 hectares, os satélites utilizados impossibilita adquirir todas as imagens necessárias que cubra toda a Amazônia Legal Brasileira para o mesmo dia e mês de referência e a situação de alta cobertura de nuvens em uma determinada área faz com que mais de uma imagem, de diferentes sensores e datas, sejam utilizadas para compor uma cena (DE ALMEIDA *et al*, 2021). O gráfico 1 apresenta o comportamento dos incrementos nos anos detectados pelo PRODES.

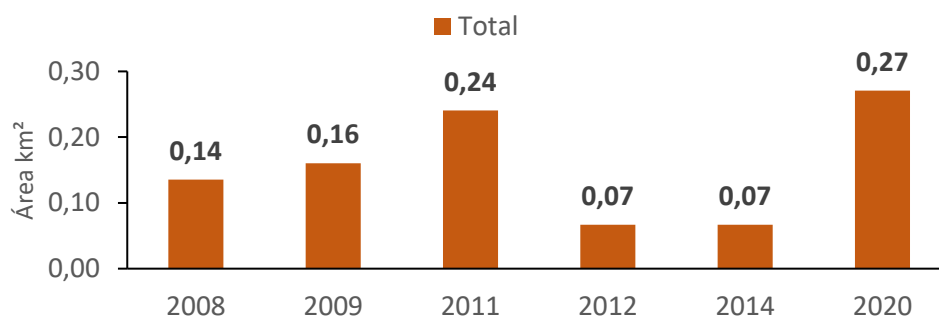


Gráfico 1 – Valores detectados para as áreas alteradas sobre a TI Kaxinawá do Rio Humaitá, de 2008 a 2020. Fonte: PRODES/INPE. Elaborado pelo autor.

No Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI Kaxinawá do Rio Humaitá, importante documento construído coletivamente pelos Huni Kuĩ e organizado por Gavazzi e Rocha (2015, p. 113), reforçam suas estratégias de manejo e uso dos recursos naturais, dando ênfase ao seu sistema tradicional de produção em seus roçados.

1. Não devemos colocar roçados na beira dos rios, igarapés, igapós, olhos d'água e beira dos poços, deixando uma distância de 30 metros da margem.
2. Aproveitar as capoeiras para fazer os roçados. Quando derrubar a mata bruta fazer *yukã sheki* (roçado do tempo da goiaba da mata) e aproveitar bem os recursos da mata, para trazer próximo das casas: mudas, medicinas, sementes, enviras, madeiras e também deixar as árvores de interesse, como madeiras, frutíferas, palheiras etc.
3. Criar uma política para preservar e recuperar as sementes tradicionais da biodiversidade do roçado Kaxinawá. Devemos promover o intercâmbio de sementes tradicionais dentro e fora da



terra indígena. É importante tomar cuidado com as sementes e mudas que vêm de fora, não plantar as sementes híbridas e nem as transgênicas.”

Enquanto a terra indígena se mantém com alta porcentagem de florestas o seu entorno em um raio de 10 km, nos rios Muru e Iboiaçu, se mostra outro cenário. Entre os anos 2008 a 2020 foram detectados 43,79 km<sup>2</sup> de desmatamento acumulado, com incremento médio anual de 3,37 km<sup>2</sup>. O gráfico 2 apresenta as taxas anuais e evidenciam um significativo aumento nos últimos dois anos, se comparados com valores de 2008 a 2018. Os anos de 2019 e 2020 foram os mais altos da série histórica.

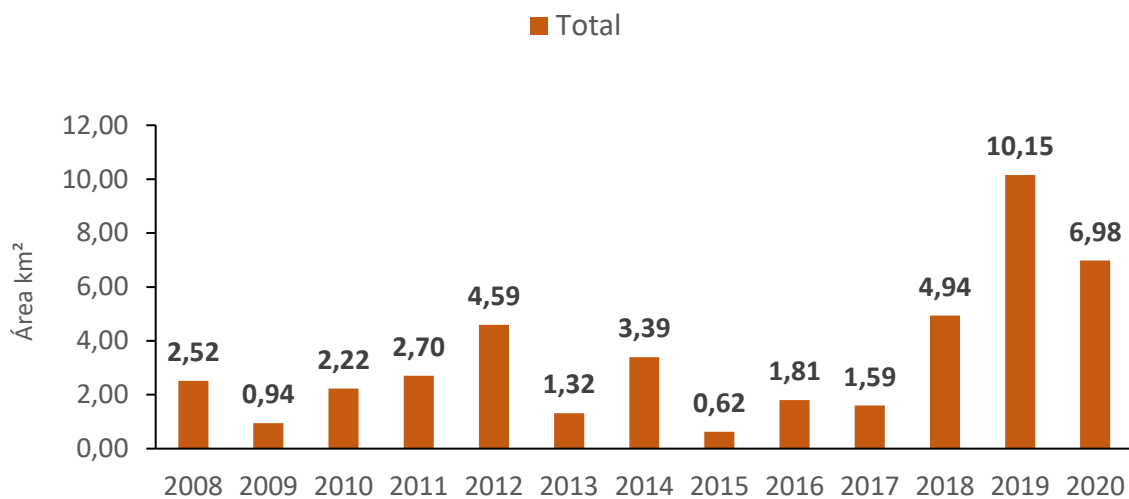


Gráfico 2 – Valores de desmatamentos detectados no entorno (*buffer* de 10 km) da TI Kaxinawá do Rio Humaitá, de 2008 a 2020. Fonte: PRODES/INPE. Elaborado pelo autor.

O avanço do desmatamento na região está historicamente constextualizado com os processos de ocupação no Estado do Acre. Mesmo com a criação de unidades de conservação e a demarcação de terras indígenas, a exploração da madeira e a pecuária têm sido os fatores responsáveis para o aumento das taxas de desmatamento (IBGE, 2009). Na década de 1970 as políticas de governo estimularam o avanço da ocupação do Estado, especialmente pelo Plano de Integração Nacional da Amazônia (PIN), que favoreceu as iniciativas de migração para o Acre com os Projetos de Colonização Dirigida (PAD), construção de rodovias e incentivo à aquisição de terras por empresas do Sul. Isso estimulou a retirada da floresta e em substituição, os projetos de assentamento implantavam culturas anuais, convertidas posteriormente em pastagens quando os solos já estavam pobres. Esses processos de ocupação modificaram substancialmente a cobertura e uso da terra, pelo processo de desmatamento, em que os



seringueiros sofreram a perda de suas áreas produtivas e os seringais existentes foram afetados, sendo vendidos e transformados em grandes fazendas agropecuárias (ACRE, 2010).

O desmatamento se localiza principalmente na região da foz do rio Humaitá e segue em direção às cabeceiras do rio Muru, no lado oeste da terra indígena (figura 2).

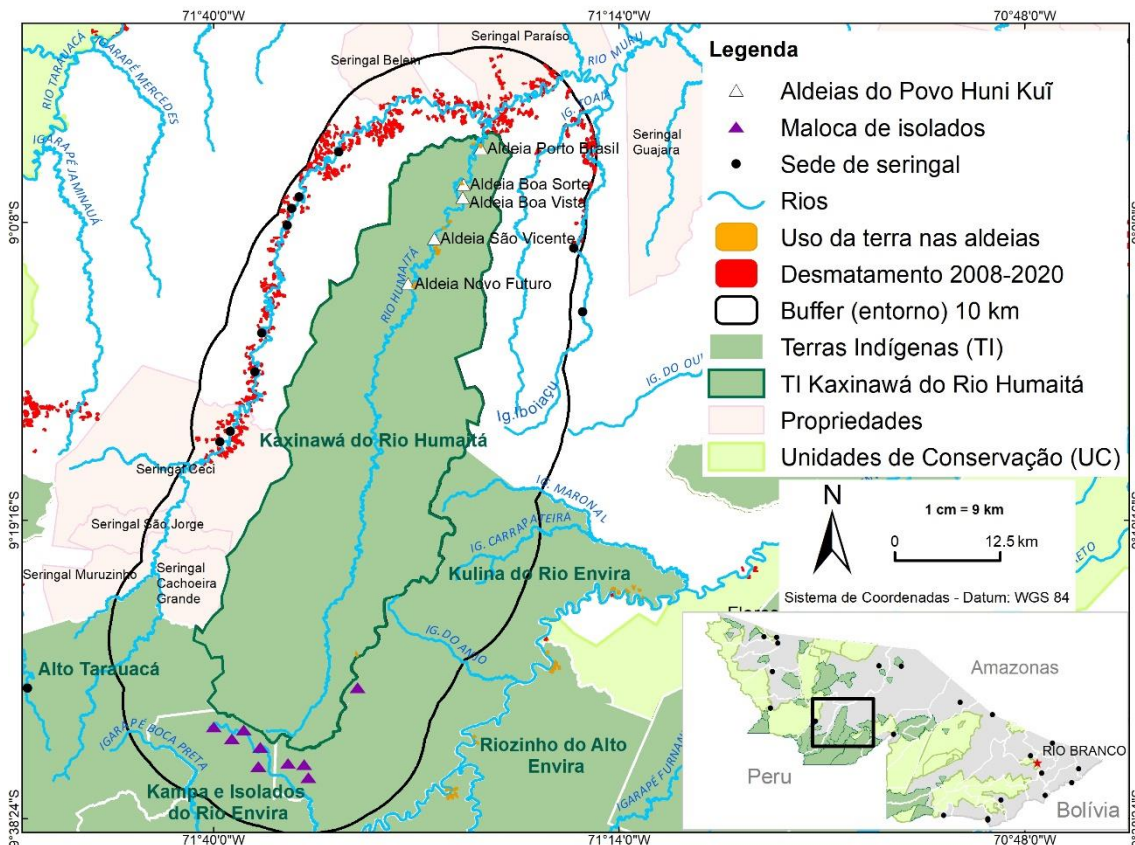


Figura 2 - Mapa da TI Kaxinawá do Rio Humaitá e seu Entorno. Fonte: Base Vetorial IBGE, FUNAI, SEMA-AC, CPI-Acre e comunidades huni kuí da TI, PRODES/INPE. Elaborado pelo autor.

As categorias fundiárias identificadas no entorno da terra indígena pertencem à categoria “particular”, propriedades que levam os nomes dos antigos seringais da região. As áreas particulares concentram 9,14 km<sup>2</sup> de desmatamento. No entanto, grande parte dos desmatamentos detectados estão em áreas onde não há informações sobre a situação fundiária, no qual denominou-se de “outros” e concentra 79% de todo o desmatamento encontrado no entorno da terra indígena, equivalente à 34,65 km<sup>2</sup>.

Além do referido cenário, o Povo Huni Kuí da Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá tem o desafio de sensibilizar seus vizinhos não indígenas para melhor compreenderem quem são os índios isolados e a importância de sua proteção, bem



como a necessidade de ações mais integradas para estratégias sustentáveis em relação ao uso e manejo de recursos naturais, utilizados por todos na região. Além disso, foram necessários alguns anos até os Huni Kuĩ encontrarem um jeito de lidar com os isolados e seguir um processo de compartilhamento de sua própria terra, bem como sensibilizar seus familiares e demais membros de suas comunidades, se distanciando do antigo pensamento das políticas de contato de atração da FUNAI.

Esse nível de compreensão aumentou e a proteção ganha certa reciprocidade (entre Huni Kuĩ e Isolados), uma mudança bastante significativa, pelo esforço dos Huni Kuĩ em garantir a integridade física e territorial, tanto para eles mesmos como para os “brabos do Humaitá”. Nessa forma de observar os índios isolados em ‘seu’ território, os Huni Kuĩ começam a enfrentar os vários sinais da sua presença sem muito espanto e preocupação, mas sempre atentos aos cuidados em manter o não contato.

Após esse processo interno, as lideranças Huni Kuĩ construíram suas estratégias para expandir suas atividades de sensibilização, levando informações sobre quem são os isolados para seus vizinhos, moradores do rio Muru. Desafio este que agregou o conjunto de suas atividades coordenadas internamente no âmbito de suas ações para a proteção territorial.

No Plano de Gestão da Terra Indígena, Gavazzi e Rocha (2015, p. 123 e ), organizaram e destacaram uma série de ações estratégicas discutidas pelas lideranças huni kuĩ para promover uma proteção territorial envolvendo seus vizinhos, bem como a proteção dos isolados, entre elas estão: *i*) estabelecer parcerias entre os principais órgãos governamentais (IBAMA, IMAC, FUNAI) para realizar atividades de educação ambiental; *ii*) respeitar, valorizar, e estabelecer um ambiente de cooperação e solidariedade entre seus vizinhos; *iii*) Divulgação de seu Plano de Gestão Territorial e Ambiental; *iv*) realizar eventos com as famílias do entorno para promover reflexões a respeito da gestão ambiental com apoio do governo do Estado, bem como mobilizar campanhas educativas sobre legislação e educação ambiental; *v*) cobrar dos governos do Estado do Acre e Federal que tomem providências em relação ao ramal Novo Porto-Jordão, para evitar desmatamento e invasões; *vi*) na foz do igarapé Taraya, com apoio da FUNAI, reivindicaram a construção de um ponto estratégico de monitoramento dos isolados e a continuidade das ações na “Casa de Brinde”, atual casa de monitoramento, com ferramentas e materiais disponibilizados, como forma de diminuição dos saques nas casas dos moradores do entorno da terra indígena, além de identificar com *kene*



(pinturas do povo Huni Kuĩ) e implementar tapagens, sinais feitos com galhos e folhas de palmeiras, como forma de comunicação entre os Huni Kuĩ do Humaitá e os isolados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Thomas e Hoeller nos apresentam uma perspectiva de mundo e sociedade, em que esta última traça uma relação de separação da natureza e a considera simplesmente como um elemento de consumo, constroem os modelos estruturais de meio ambiente totalmente artificiais, como bem cita Krenak em suas reflexões, reiterando que este mundo artificial e seu modo de funcionamento entrou em crise e que a ideia de que essa “humanidade” está acima de tudo, se apresenta devastando tudo ao seu redor, excluindo a imensidão de seres vivos.

O esforço de apresentar essa ideia de domínio do ‘humano’ sobre a natureza fica notório ao analisar os dados de desmatamento provenientes do PRODES, considerando que a metodologia adotada deve ser aperfeiçoada, tendo em vista duas importantes etapas complementares que possam melhor validar as informações sobre a terra indígena e seu entorno, entre elas: *i*) refinar os dados PRODES realizando o monitoramento por sensoriamento remoto com imagens de alta resolução espacial, para a região e *ii*) fortalecer as estratégias de monitoramento realizado pelos próprios indígenas no âmbito de suas iniciativas para a gestão e proteção do território, por meio de transferência tecnológica e instrumentalização para o monitoramento local, auxiliando no registro e identificação das principais pressões por eles conhecidas, bem como subsidiando-os com informações estratégicas, como aquelas provenientes das análises do desmatamento.

Os Huni Kuĩ nos trazem por meio de suas ações sobre o território, frente aos isolados e aos vizinhos não indígenas, perspectivas de refletir sobre a possibilidade de uma relação menos destrutiva do ‘mundo’ ao qual pertencem. Esta é uma reflexão que o Krenak também faz, quando ele diz que a humanidade vai se distanciando do organismo terra e que ainda há núcleos que ainda consideram a necessidade de estarem agarrados na terra, são aquelas sociedades que ficaram de lado e esquecidas pelas margens de rios, oceanos, mares, nos continentes da África, Ásia, América Latina. Ele está falando especificamente desses que são chamados de caiçaras, quilombolas, aborígenes, índios, nos quais o povo Huni Kuĩ e os “Brabos do Humaitá” também fazem parte.



Talvez a compreensão das ações e iniciativas indígenas possam auxiliar na compreensão sobre o posicionamento dos povos originários diante as relações de um ‘mundo’ utilitarista e consumista. Constatar que é preciso apenas algo que possa melhorar o mundo ao redor, que é o respeito pelo outro e o respeito pela diferença que o outro tem.

## REFERÊNCIAS

DO ACRE, ACRE Governo do Estado. Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, Fase II (Escala 1: 250.000): Documento Síntese. 2. Ed. Rio Branco: SEMA, 2010.

AQUINO, T. A fronteira dos isolados. *Ciência e Cultura*, v. 65, n. 1, p. 31-33, 2013.

CPI ACRE. Povos e Terras Indígenas do Acre. Rio Branco-AC, 2020. Disponível em: <<http://cpiacre.org.br/conteudo/povos-e-terras-indigenas/>> acesso em: 25 de out. 2020.

CRISOSTOMO, Ana Carolina et al. Terras indígenas na amazônia brasileira: reservas de carbono e barreiras ao desmatamento. Brasília: IPAM, 2015.

FUNAI. Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato. Brasília-DF, 2020. Disponível em <<http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoes/povos-indigenas-isolados-e-de-recente-contato>>. Acesso em: 22 de out. de 2020.

GAVAZZI, Renato Antonio; ROCHA, Marcos Catelli. Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá. Rio Branco, CPI/AC. 142 p, 2015.

HOELLE, Jeffrey. Rainforest cowboys: the rise of ranching and cattle culture in Western Amazonia. University of Texas Press, 2015.

INCRA. Acervo Fundiário, 2021. DFG-2 Divisão de Geoprocessamento. Disponível em: <<https://acervofundiario.incra.gov.br/acervo/acv.php>>. Acesso em: 5 de março de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Uso da Terra e a Gestão do Território no Estado do Acre. Relatório Técnico. Rio de Janeiro, IBGE, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. Coordenação geral de observação da terra. Programa de monitoramento da amazônia e demais biomas. Desmatamento – Amazônia Legal – Disponível em: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/downloads/>. Acesso em: 05 mai. 2020.

KRENAK, Ailton. A vida não é útil. Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. Companhia das Letras, 2019.





ORTEGA, Ana. Ailton Krenak: “A Terra pode nos deixar para trás e seguir o seu caminho”. Disponível em <https://www.ufrgs.br/jornal/ailton-krenak-a-terra-pode-nos-deixar-para-tras-e-seguir-o-seu-caminho/>. Acesso em 23/05/2021.

THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VAZ, A.; BALTHAZAR, P. A. A. (2013) Povos indígenas isolados, autonomia, pluralismo jurídico e direitos da natureza, relações e reciprocidades. BoletínOnteaiken, v. 85, n.15, p. 85-101.